

CAPÍTULO 2 - PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DO ECA (ARTS. 3º A 6º)

Os princípios que estruturam o Estatuto e geram pegadinhas

Essencial para Concursos

Os princípios do ECA são cobrados de forma literal e transversal, aparecendo diluídos em questões sobre:

- Direitos fundamentais;
- Políticas públicas;
- Atuação do Conselho Tutelar;
- Medidas de proteção e socioeducativas.

ALERTA DE PROVA

Quando a banca ignora os princípios, a questão costuma estar errada.



Núcleo jurídico do ECA

Sujeitos de direitos (Art. 3º)

A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral.

O Estatuto:

- Não cria direitos especiais,
- Reforça e prioriza direitos já existentes.

Prioridade absoluta (Art. 4º)

É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos fundamentais.

A prioridade absoluta compreende, entre outros:

- Primazia de receber proteção e socorro;
- Precedência de atendimento nos serviços públicos;
- Preferência na formulação e execução de políticas públicas;
- Destinação privilegiada de recursos públicos.

A banca costuma reduzir prioridade absoluta a mera preferência administrativa.

Proteção contra violações (Art. 5º)

Nenhuma criança ou adolescente será objeto de:

- Negligência;
- Discriminação;
- Exploração;
- Violência;
- Crueldade;
- Opressão.

Qualquer atentado aos direitos fundamentais gera responsabilização, nos termos da lei.

Interpretação do Estatuto (Art. 6º)

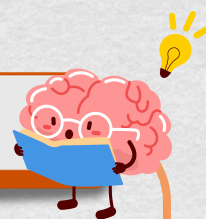
Na interpretação do ECA, devem ser considerados:

- Os fins sociais da lei;
- O bem comum;
- A condição peculiar da criança e do adolescente como pessoa em desenvolvimento.



A banca costuma ignorar esse artigo ao tratar o Estatuto de forma puramente punitiva.

Esquema Mental



P Pode

- Aplicar medidas diferenciadas em razão da condição peculiar de pessoa em desenvolvimento.

O Obriga

- Assegurar direitos com prioridade absoluta;
- Garantir proteção integral;
- Responsabilizar por violações de direitos.

V Veda

- Tratamento discriminatório, violento ou negligente;
- Interpretação restritiva dos direitos fundamentais.

E Executa

- Família, sociedade e Estado (dever compartilhado).

R Risco de prova

- Tratar prioridade absoluta como relativa;
- Ignorar a condição peculiar de desenvolvimento;
- Reduzir princípios a orientações genéricas.



Como a banca cobra



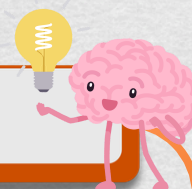
A prioridade absoluta. Assegurada pelo ECA, implica precedência no atendimento e destinação privilegiada de recursos públicos.



A prioridade absoluta prevista no ECA possui caráter meramente simbólico.



Os direitos assegurados pelo ECA restringem-se aos direitos sociais.



Para Memorizar

Criança e Adolescente >>> Sujeito de direitos

Doutrina >>> 12 a 18

Prioridade >>> Até 21 Integral

Violação >>> Proteção Integral

Interpretação >>> Absoluta

Se a banca minimizar os princípios, a questão está errada.

ANOTAÇÕES

